

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE — C P E

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO E
PARECER DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO EXERCÍCIO

1 9 6 9

SEDE

RUA DE SÁ DA BANDEIRA, 567

PORTO

ESTABELECIMENTO CENTRAL

AVENIDA INFANTE SANTO, 15

LISBOA

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE — CPE

S. A. R. L.

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO
E
PARECER DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO EXERCÍCIO

1 9 6 9

neg. 175 468
Ec 10301

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931

1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco os Senhores Accionistas, com direito de voto, nos termos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Sede Social — Rua de Sá da Bandeira, n.º 567, da cidade do Porto, no próximo dia 31 do corrente mês de Março, às 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Deliberarem sobre o Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, Balanço e Contas, relativos ao primeiro exercício social.

Porto, 4 de Março de 1970.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Daniel Maria Vieira Barbosa

NOTA:

Nos termos do art. 9.º dos Estatutos, 1 000 acções dão direito a um voto, sendo permitido o agrupamento de accionistas que, isoladamente, as não possuam, devendo, neste caso, ser entregue na sede social, com a antecedência mínima de oito dias, carta assinada por todos com indicação da identidade do accionista escolhido para os representar.

O exercício do direito de voto dependerá:

- a) — Para os possuidores de acções nominativas, do averbamento das mesmas em seu nome ter sido efectuado com a antecedência mínima de oito dias em relação à data da reunião.
- b) — Para os titulares de acções ao portador, do depósito em seu nome na Sede Social, no Estabelecimento Central, ou em qualquer Banco do País, das acções que possuam, com a antecedência mínima de dois dias.

Nos termos do art. 15.º dos Estatutos, podem os accionistas, com direito a tomar parte na Assembleia, fazer-se representar por outros accionistas, que a ela pertençam, sendo contudo limitado a duas o número de representações. O respectivo mandato poderá ser conferido por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa até dois dias antes do fixado para a reunião, no qual seja devidamente identificado o representante.

SUMÁRIO

- 0 — *Apresentação*
 - 1 — *Exploração*
 - 1.1 — Empreendimentos em exploração
 - 1.2 — Reflexões sobre a produção
 - 1.3 — Evolução dos consumos
 - 1.4 — Movimento de energia
 - 1.5 — Contratos, tarifas e receitas de exploração
 - 1.6 — Conservação das instalações
 - 1.7 — Abastecimento de combustíveis
 - 2 — *Estudos, projectos e construção*
 - 2.1 — Empreendimentos em curso de realização
 - 2.2 — Aproveitamentos do Douro
 - 2.3 — Aproveitamentos do Cávado e Tâmega
 - 2.4 — Aproveitamento de Fratel
 - 2.5 — Aproveitamento do Mondego
 - 2.6 — Aproveitamento do Guadiana
 - 2.7 — Centrais térmicas e nucleares
 - 2.7.1 — Central do Carregado
 - 2.7.2 — Central da Tapada do Outeiro
 - 2.7.3 — Central de Rio Maior
 - 2.7.4 — Primeira central nuclear
 - 2.8 — Rede de transporte
 - 2.9 — Outros estudos e projectos
 - 3 — *Investigação — Laboratório e Centros de Cálculo*
 - 4 — *Representação noutras empresas*
 - 5 — *Colaboração com outras entidades*
 - 6 — *Contrato colectivo de trabalho*
 - 7 — *Acção social*
 - 8 — *Investimentos e meios financeiros*
 - 9 — *Balanço e resultados*
 - 10 — *Considerações finais*
- Mapas
- Parecer do Conselho Fiscal

SENHORES ACCIONISTAS:

Ao apresentar-vos, como nos cumpre, o balanço e as contas do último exercício, que é também o primeiro desta vossa Companhia, por certo terá cabimento dizer que é este um momento singular na vida da entidade que ora concentra as vastas actividades antes repartidas pelas cinco sociedades de produção e transporte de energia da rede eléctrica primária.

Na verdade, o decreto-lei n.º 49 211 de 27 de Agosto de 1969, ao autorizar a fusão das referidas sociedades, lançou as bases para que, no quadro do sector da electricidade, se estruturasse nova orientação no domínio da produção e do transporte. Vai assim empreender-se uma gestão de exploração com mais potencialidades e um planeamento de mais fácil optimização para o conjunto da rede primária.

É claro que planear à escala da nova empresa será planear à escala nacional, agora que a actividade da Companhia abrange Portugal continental e a concessão da empresa terá o carácter de exclusividade que lhe foi legalmente conferido. Daí que as responsabilidades inerentes sejam de excepcional envergadura nos domínios técnico, económico e financeiro e que neste último, de característica fortemente capital-intensiva, a gestão da empresa assuma aspectos relevantes: basta pensar que ao ritmo de crescimento do mercado da energia, a duplicar em cerca de sete anos, será necessário duplicar também no mesmo curto período a nossa capacidade produtora, lançando sucessivamente novas centrais em serviço. Na fase actual, está a Companhia a investir cerca de 1,4 milhões de contos por ano, o que representa cerca de 10 % do immobilizado actual.

Neste dealbar da vida da vossa Companhia, uma preocupação fundamental tem atraído as atenções do Conselho de Gerência: a organização de arranque da empresa. Com efeito, constituída a sociedade, logo se impunha organizar a sua estrutura e definir organigrama, funções e quadros. A solução a adoptar, nesta fase de arranque, convinha que não afectasse profundamente a organização anterior à fusão, de forma a não paralisar a actividade então em curso, quer no domínio da exploração, quer no domínio da construção. Por isso se optou por criar como que quatro Direcções industriais (da Produção Hidráulica do Norte, da Produção Hidráulica do Sul, da Produção Térmica e Nuclear e da Rede de Transporte) com larga autonomia administrativa e responsabilidades de gestão orçamental e que concentram em si, essencialmente, as actividades de projecto, construção e exploração das antigas empresas.

Criaram-se também, para coadjuvar o Conselho de Gerência na coordenação das referidas Direcções industriais e na preparação das grandes decisões, Direcções Centrais para os seguintes domínios: planea-

mento e coordenação económica; assuntos financeiros; pessoal, acção social e organização; investigação; e um Serviço Central para os assuntos jurídicos.

Procurou-se, em suma, encontrar um equilíbrio entre a concentração das grandes decisões e a descentralização na acção, de forma a evitar a burocracia e a anquilose que podem tender a ocorrer em entidades de grande dimensão. É evidente, porém, que, como todas as orgânicas empresariais, também a nossa deverá evoluir e modificar-se de forma a adaptar-se convenientemente à evolução e, portanto, à dinâmica da empresa. Pensamos, aliás, lançar em breve uma campanha de estudo e análise da organização e das funções e recorrer à informática e à automação na medida do necessário, para melhorar a gestão da empresa. Esperamos assim confiadamente atingir os melhores índices de rendabilidade e de estrutura, dentro de um desejável clima de interesse e de harmonioso equilíbrio social do binómio capital-trabalho.

Outra preocupação imediata da Companhia tem sido o estudo do caderno de encargos da concessão, o qual, nos termos do decreto-lei n.º 49 211, deverá ser elaborado no prazo de quatro meses após a constituição da sociedade. Trata-se, como é sabido, de uma concessão de serviço público de produção e de transporte de energia eléctrica, para Portugal Continental, em regime de exclusivo no que se refere a novos centros produtores, a incluir na rede primária, e à ampliação da respectiva rede de transporte, e sem limite no tempo, ressalvando o Estado, obviamente, o direito de rescisão, nos termos da Lei. Englobará, portanto, as concessões das anteriores cinco empresas que se fundiram na Companhia e todas as futuras centrais hidráulicas e térmicas, clássicas ou nucleares, ou de qualquer outra forma de energia, e a rede de transporte e interligação.

Os estudos oficiais para a elaboração do caderno de encargos encontram-se actualmente em curso, estando a Companhia a prestar a sua mais dedicada e atenta colaboração.

Apresentamos seguidamente um relatório sucinto das actividades da rede primária e da Companhia, no exercício de 1969. Necessariamente não é viável uma pormenorização semelhante à que era corrente nos relatórios das empresas fusionadas, em face da multiplicação dos dados, nem tal teria em rigor agora interesse, antes sendo de realçar as perspectivas do conjunto.

1 — EXPLORAÇÃO

1.1 — Empreendimentos em exploração

Considerando que é este o primeiro relatório das actividades da Companhia, parece-nos útil informar os Senhores Accionistas de que são os seguintes os actuais empreendimentos em exploração:

Sistema	Empreendimento	Ano de entrada em serviço	Potência MW	Custo (milhares de contos)
Douro	Picote	1958	180	705
	Miranda	1960	155	886
	Bemposta	1964	210	1096
	Távora	1965	64	965
Cávado-Rabagão	Venda Nova	1951	81	452
	Salamonde	1953	42	216
	Cançada	1955	60	395
	Paradela	1956	54	663
	Alto-Rabagão	1964	72	1573
Zêzere	C. do Bode	1951	139	674
	Cabril	1954	97	512
	Bouçã	1956	50	202
Total hídrico			1204	8339
Termoeléctrico	T. do Outeiro			
	Grupo 1	1960	50	} 819
	Grupo 2	1964	50	
	Grupo 3	1967	50	
	Carregado	1968		
	Grupo 1	1969	125	} 1237
Grupo 2		125		
Total térmico			400	2056
Rede de transporte	Linhas: a 220 kV:	1450 km (*)		} 1067
	a 150 kV:	1340 km (*)		
	a 60 kV:	372 km		
	Subestações: Ermesinde		250 MVA	} 744
	Vermoim		360	
	Estarreja		120	
	Pereiros		360	
	Vila Chã		120	
	Zêzere		120	
	Sacavém		305	
	Alto de Mira		360	
	Setúbal		180	
	Porto Alto		—	
Fer. do Alentejo		50		
Outras instalações	Laboratório e telecomunicações			107
TOTAIS				12 313

(*) Incluídas as linhas Carrapatelo-Pereiros e Ferreira do Alentejo-Tunes, respectivamente a 220 kV e 150 kV, entradas em serviço em 1969.

O referido sistema produtor hidroeléctrico da rede primária, actualmente em exploração, tem uma produtibilidade em «ano médio» de 5640 GWh, valor muito próximo da produção requerida para satisfação das necessidades no ano transacto (5351 GWh). Justifica-se, assim, que, nas circunstâncias actuais e em caso de regime médio ou húmido, a produção térmica seja modesta.

Em ano seco (com 95 % de probabilidade de ser excedido), a capacidade de produção do conjunto dos mesmos aproveitamentos reduz-se, porém, para cerca de 4000 GWh — fenómeno acompanhado, ainda, por uma sensível redução da produção própria das empresas distribuidoras e, em consequência, de um aumento correspondente da energia pedida à rede primária — o que implica, para garantia dos consumos em tal hipótese, o recurso a elevada produção térmica (a produção anual que se considera possível obter do equipamento térmico actual, em tais circunstâncias, ascende a 2300 GWh).

É, aliás, à luz deste critério que se deve aferir a capacidade de garantir o abastecimento dos consumos e se lançam novos empreendimentos hidráulicos e térmicos programados de acordo com o crescimento do mercado.

1.2 — Reflexões sobre a produção

Em 1969, a produção total de energia eléctrica em Portugal Continental foi de 6839 GWh; se a este valor acrescentarmos o modesto saldo importador das trocas internacionais (23 GWh), obtemos o que podemos considerar como o consumo interno total, referido à produção: 6862 GWh.

A contribuição da rede primária em 1969 — no valor de 78,3 % da referida produção total do País e de 84,1 % da rede interligada — repartiu-se como segue:

Produção: Sistema Douro	2 686 GWh
Sistema Cávado-Rabagão	1 446 GWh
Sistema Zêzere	1 071 GWh
	<hr/>
Total hidráulico	5 203 GWh
Centrais térmicas	148 GWh
	<hr/>
Total	5 351 GWh
Trocas internacionais: Saldo de importação	23 GWh
	<hr/>
Total	5 374 GWh

Verifica-se, portanto, que a produção da rede primária foi quase totalmente de origem hídrica — o que, para além da preponderância hidroeléctrica existente no nosso sistema produtor, reflecte sobretudo um regime hidrológico muito favorável no ano findo.

Foi, na realidade, muito húmido o ano de 1969: o correspondente coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica foi de 1,22, valor que, referido ao ano hidrológico, sobe, ainda, para 1,34 — traduzindo um regime com a probabilidade de ser excedido de 11 % apenas.

Em termos breves, podemos descrever o regime hidrológico dizendo que a uma estação húmida extremamente favorável se seguiu, no período correspondente à estiagem normal, um regime de afluências também sensivelmente superior à média. Deste panorama apenas veio a destoar o último bimestre do ano civil.

Em correspondência com o regime que acabámos de descrever, o conjunto das albufeiras da rede primária, que já iniciara o reenchimento em fins de Outubro do ano anterior, veio a atingir uma situação de, praticamente, pleno enchimento a partir de meados de Janeiro.

A situação de pleno enchimento generalizado manteve-se até à última semana de Junho, altura em que se iniciou o armazenamento estival.

As perspectivas então havidas quanto à condução da exploração na estiagem eram, como seria de esperar, excelentes.

O carácter também muito favorável do período correspondente à estiagem normal veio a permitir dispensar o recurso a quaisquer medidas de apoio térmico (por razões puramente energéticas), o qual, em sequência do carácter menos favorável dos dois meses finais do ano, só veio a revelar-se necessário a partir de meados de Dezembro, por motivo de ter sido atingida a curva-guia das albufeiras do sistema Zêzere.

Tal circunstância, aliada à forte redução dos caudais do Douro, impôs que o grupo da central do Carregado, que já se encontrava em serviço, por razões de sustentação da tensão na zona sul, passasse a regime de apoio em energia, e que entrassem em idêntico regime, sucessivamente, o outro grupo da mesma central e um grupo da Tapada do Outeiro, situação que se prolongou até aos primeiros dias de Janeiro do corrente ano. Na data em que se redige este relatório, mantém-se ainda em funcionamento um grupo da central do Carregado, com potência reduzida, não por razões de apoio em energia, mas sim pelas já referidas razões de sustentação dos níveis de tensão na zona sul da rede.

A produção térmica em 1969 foi, como vimos, de 148 GWh, dos quais 140 GWh foram produzidos na central do Carregado e 8 GWh na central da Tapada do Outeiro. A modesta produção da central da Tapada do Outeiro não realça o serviço de apoio à rede

por ela prestado, dado que, na realidade, se manteve quase permanentemente em paralelo com os seus grupos funcionando como compensadores síncronos (emissão para a rede de 431 milhões de kVARh durante 8308 horas).

Os consumos não permanentes foram abastecidos sem qualquer limitação quantitativa da parte da rede.

Relativamente à interligação internacional, há a referir que, em 1969, o paralelo com a rede europeia foi mantido durante todo o ano, o que sucede pela primeira vez, isto porque a favorável hidraulicidade de toda a estação húmida permitiu dispensar trânsitos de potência muito elevada a partir do sistema Douro, sendo, em consequência, possível dispensar, sem grande inconveniente, a linha que, nas condições actuais de esquema, fica aberta quando está estabelecida a interligação Pocinho-Saucelle. Tal paralelo permanente com a rede europeia é do maior interesse pela melhoria que introduz nas condições de segurança da exploração.

Apesar dos modestos quantitativos de trocas de energia que até agora têm transitado pela interligação internacional, esta continua a revestir-se de elevado valor potencial, não só no caso de hidraulicidade desfavorável mas também no caso de dificuldades transitórias, em que o socorro mútuo já se tem revelado com oportunidade e eficácia, ao que não é estranho o excelente entendimento que se tem mantido nos contactos internacionais estabelecidos através da União Franco Ibérica para a Produção e Transporte de Electricidade (UFIPTE).

A terminar este capítulo, uma breve referência à bombagem.

Como se sabe, os grupos da central do Alto Rabagão estão munidos de bombas, que permitem elevar água da albufeira de Venda Nova para a do Alto Rabagão, reforçando, assim, o enchimento desta última. Na estação húmida de 1968/69, houve ocasião de recorrer a essa transferência, tendo o consumo em bombagem sido de 84 GWh. O correspondente acréscimo do armazenamento do Alto Rabagão foi da ordem de 235 GWh.

1.3 — Evolução dos consumos

Na rede das empresas interligadas (que abastece cerca de 93 % dos consumos do País) verificou-se em relação ao ano anterior um acréscimo de 9,8 % na produção total. Este valor não é, porém, significativo da evolução dos consumos. De facto, tendo em conta as trocas internacionais e decompondo o consumo, como habitualmente, nas suas parcelas «permanente» e «não permanente», verifica-se que a produção para consumos permanentes teve, em relação a 1968, um acréscimo de 10,1 %. Quanto aos con-

sumos não permanentes, acrescidos das respectivas perdas, registou-se em 1969 uma redução de 4,4 %, a qual não é todavia inteiramente significativa, porque deixou de ser classificado nessa rubrica um «consumo especial» (da Soda Póvoa), que passou a ser classificado como «consumo permanente». Diga-se a propósito que vai sendo tempo de dar por findas estas classificações de «permanente» e «não permanente», correspondentes a fixações mais ou menos arbitrárias de preços de venda, para se passar ao regime de contratos de abastecimento em termos empresariais directos de acordo com as realidades económicas das duas partes, produtor e consumidor.

A taxa de 10,1 % relativa ao acréscimo da produção para consumos permanentes é a mesma que se verificou em 1968. Se efectuarmos a correcção correspondente à consideração em 1969, pela primeira vez, do consumo especial atrás referido, a taxa de acréscimo verificada em 1969 baixa para 8,9 %.

Estas taxas, que não reflectem sintomas de franca recuperação das anteriores tendências, quebradas há mais de quatro anos, justificam que se continue a prestar toda a atenção às perspectivas de evolução dos consumos, de modo a adaptar-lhes, da melhor maneira, os programas de expansão do sistema produtor, como o impõem as exigências da economia de gestão.

1.4 — Movimento de energia

Para além da produção das centrais da rede primária, e do saldo importador das trocas internacionais, foram recebidos na rede de transporte e interligação cerca de 73 GWh provenientes das redes de grande distribuição, o que, de uma maneira geral, corresponde ao que podemos considerar como energia em trânsito por razões especiais.

Nestes termos, podemos considerar que os fornecimentos contabilizados da rede primária (isto é, a energia vendida) foram, totalmente, realizados a partir da produção própria.

O correspondente balanço estabelece-se, então, como segue:

Produção total	5 351 GWh
Energia vendida	4 783 GWh
Consumos próprios	74 GWh
Bombagem	70 GWh
Perdas nas centrais e na rede	424 GWh (7,9 %)

As energias produzida e vendida discriminam-se como segue:

a) Energia produzida (GWh)

A. Rabagão	158,0	
Paradela	239,1	
V. Nova	460,3	
Salamonde	282,9	
Cançada	306,0	
SISTEMA CÁVADO-RABAGÃO		1 446,3
Vilar-Tabuaço	155,7	
Miranda	771,1	
Picote	785,5	
Bemposta	973,5	
SISTEMA DOURO		2 685,8
Cabril	384,3	
Bouça	193,6	
C. Bode	493,1	
SISTEMA ZÉZERE		1 071,0
Carregado	139,5	
Tapada do Outeiro	8,1	
PRODUÇÃO TÈRMICA		147,6
PRODUÇÃO TOTAL		5 350,7

b) Energia vendida (GWh)

b.1) A grandes distribuidoras

Companhias Reunidas Gás e Elec- tricidade	1 508,4	
União Eléctrica Portuguesa		
— Rede Norte	687,0	
— Rede Sul	491,0	1 178,0
Companhia Hidro-Eléctrica do Nor- te de Portugal	539,7	
Câmara Municipal do Porto	248,1	
Companhia Eléctrica das Beiras	183,6	
Hidro Eléctrica Alto Alentejo	127,9	
Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve	101,0	
Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela	31,3	
Total		3 918,0

b.2) A consumidores directos de energia permanente

Tracção eléctrica	165,7	
Indústria química	128,6	
Indústria siderúrgica	76,9	
Total		371,2

b.3) A consumidores de energia de carácter não permanente

Indústria electroquímica e electrosiderúrgica	493,8	
TOTAL DA ENERGIA VENDIDA		4 783,0

1.5 — Contratos, tarifas e receitas de exploração

Em 1969 foram assinados dois contratos de fornecimento de energia: com as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, em renovação e actualização do contrato anteriormente existente; com a Soda Póvoa, regulando o fornecimento a esta última empresa, feito por intermédio da rede das C. R. G. E..

Foi também prorrogado por mais dois anos, contados a partir de 22 de Janeiro de 1969, o acordo de intercâmbio de energia com a Hidroeléctrica Española, que diz respeito fundamentalmente à troca de energia excedentária de qualquer das redes.

As tarifas de venda de energia eléctrica durante o ano de 1969, antes e depois da fusão das empresas da rede primária, foram as mesmas que vinham sendo praticadas anteriormente, com base, para os consumos denominados «permanentes», na tarifa geral aprovada pelos despachos da Secretaria de Estado da Indústria de 19/1/66, 24/1/66 e 29/5/66.

As receitas da venda de energia provenientes da aplicação dessas tarifas, no caso dos consumos permanentes, e dos regimes especiais de contrato no caso dos consumos não permanentes, constituem as receitas da exploração da Companhia no ano de 1969, uma vez deduzida a quota-parte a atribuir, por despacho da Secretaria de Estado da Indústria, nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031, ao Fundo de Apoio Térmico, o qual tem por função cobrir os encargos variáveis da produção térmica que for necessária para abastecimento da rede. Para 1969, a percentagem da receita atribuída ao Fundo de Apoio Térmico foi de 7,4 %, ou seja, um valor percentual igual ao do exercício do ano anterior.

As receitas relativas aos 3 grupos de fornecimentos antes referidos, e correspondentes preços unitários de venda, foram, em 1969, os seguintes:

	Energia vendida GWh	Receita 10 ³ contos	Preço médio ctvs./kWh
Grandes distribuidores	3 918	1 337	34,1
Consumidores directos perma- nentes	371	100	27,0
Consumidores de carácter não permanente	494	60	12,3
TOTAL	<u>4 783</u>	<u>1 497</u>	31,5

1.6 — Conservação das instalações

Foram realizados, em todas as centrais e subestações, e em diversas linhas, os habituais trabalhos de conservação necessários.

Dentre eles, merecem referência, pela sua amplitude ou pelos reflexos na exploração, alguns dos que foram levados a efeito nos sistemas hidroeléctricos do Douro e do Zêzere, já que nas centrais térmicas, em que tal conservação é por natureza especialmente importante, nada houve de especial em face do seu reduzido funcionamento.

No que respeita ao sistema Douro, há a assinalar que, no prosseguimento do programa de substituição dos enrolamentos estatóricos dos alternadores das centrais do Douro Internacional, reentraram em exploração, em perfeitas condições de serviço, depois de rebobinados, os geradores das centrais de Bemposta e Picote e também, com outras melhorias, um dos grupos da central de Miranda.

A ocorrência de fugas no circuito hidráulico do aproveitamento de Vilar (Távora) obrigou, também, à realização dos correspondentes trabalhos de consolidação, que implicaram a indisponibilidade da central, de meados de Setembro até ao fim do ano.

No que se refere ao sistema Zêzere, há a assinalar a revisão geral de um dos grupos da central do Cabril, realizada de meados de Abril a princípios de Agosto, assim como a revisão e conservação da grelha da tomada de água dum grupo central de Castelo de Bode, o que introduziu condicionamentos na cota da albufeira.

1.7 — Abastecimento de combustíveis

1.7.1. — *Central da Tapada do Outeiro*

Para o ano de 1969 foi encomendado às minas abastecedoras um contingente de 160 000 toneladas; embora em regime de inexistência de contratos, por denúncia pelas empresas abastecedoras dos anteriormente vigentes, continuaram a ser aplicadas as suas cláusulas aos fornecimentos realizados. O valor efectivo da recepção de carvões cifrou-se, no fim do ano, em 161 092 toneladas, das quais 75 997 toneladas foram entregues pela Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova e as restantes 85 095 toneladas pela Empresa Carbonífera do Douro.

Dado que os consumos verificados foram apenas de 8 262 toneladas, a reserva do parque subiu de 363 344 toneladas, no início de 1969, para 516 174 toneladas, no fim do ano.

Para 1970, atendendo à situação de pleno enchimento do parque e à ausência de previsões seguras de funcionamento da central, não foi ainda possível fixar o quantitativo anual do abastecimento, o qual aliás se encontra suspenso na data da redacção deste relatório, por força da referida situação de pleno enchimento do parque. A recepção, na central da Tapada do Outeiro, de carvões de S. Pedro da Cova e do Pejão, será retomada logo que o parque o comporte.

1.7.2 — *Central do Carregado*

O abastecimento de fuel-óleo à central do Carregado cifrou-se em cerca de 20 072 toneladas, fornecidas conjuntamente pela SACOR e pela SONAP, ao abrigo do alvará especial de importação de fuel-óleo oportunamente atribuído à Empresa Termoeléctrica Portuguesa.

O consumo da central atingiu o montante de 32 274 toneladas, tendo a reserva passado de 33 189 toneladas, no início de 1969, para 20 986 toneladas, no fim do ano.

Em contacto com as Entidades Oficiais, e respeitando a orientação estabelecida, concluiu-se em 1969 uma minuta de contrato de abastecimento com as referidas empresas, que está nesta data pendente de apreciação oficial, nos termos das obrigações do caderno de encargos da produção térmica.

2 — ESTUDOS, PROJECTOS E CONSTRUÇÃO

2.1 — Empreendimentos em curso de realização

De acordo com o planeamento aprovado para a realização de novos centros produtores e para a expansão da rede de transporte, em conformidade com o III Plano de Fomento, estão actualmente em construção os seguintes empreendimentos:

a) Centrais hidroeléctricas:

Rio	Barragem	Potência MW	Energia produtível em ano médio GWh	Data prevista de entrada em serviço	Investimento previsto (*) (milhares de contos)
Tejo	Fratel	3 × 43	430	1973	940
Douro	Carrapatelo Régua Valeira	3 × 60	1000	1971	1950
		3 × 52	700	1972	1620
		3 × 60	790	1975	1800
Homem (bacia do Cávado)	Vilarinho das Furnas	1 × 64	220	1971	800
Ampliação das bacias hidrográficas:				Conclusão em 1970	160
— De Paradela (Cávado). desvio do rio Toco (já em serviço)					
— De Venda Nova (Rabagão): desvio do rio Cabreira					

b) Centrais térmicas

Carregado — 2.ª fase	Potência MW	Energia produtível em ano seco GWh	Data prevista de entrada em serviço	Investimento previsto (*) (milhares de contos)
Grupo 3	125	700 (**)	1971	560
Grupo 4	125	700 (**)	1973	490

(*) Últimos valores previstos anteriormente, isto é, ainda não revistos no âmbito da CPE.

(**) Factor de disponibilidade e de colocabilidade adoptado: 0,70.

c) Rede de transporte

Linhas:	Data prevista da entrada em serviço:
— Carregado - Alto de Mira:	Agosto de 1970
— Carregado - Porto Alto:	Dezembro de 1970

Subestações (Ampliações de potência):

— Vermoim: (120 MVA, 220/60 kV)	Agosto de 1970
— Alto de Mira: (120 MVA, 220/60 kV)	Agosto de 1970
— Ferreira do Alentejo: (50 MVA, 150/60 kV)	Agosto de 1970
— Porto Alto: (instalação de 120 MVA, 220/150 kV)	Dezembro de 1970

A estes empreendimentos da rede de transporte corresponde um investimento global da ordem de 140 000 contos.

2.2 — Aproveitamentos do Douro

2.2.1 — *Estudos e projectos*

A actividade de estudos foi bastante intensa durante o ano de 1969. Com efeito, foi elaborado o projecto do aproveitamento da Valeira e também se concluiu o de Crestuma, além da normal tarefa de preparação dos desenhos de execução para os aproveitamentos de Carrapatelo e de Régua.

O projecto relativo à Valeira, bem como o da estrada de acesso ao local, foram já apresentados aos Serviços Oficiais competentes. Após a conclusão do projecto da Valeira, deu-se imediatamente início à preparação dos elementos necessários ao processo de concurso para a realização das obras principais de construção civil deste aproveitamento, cujo arranque se considera conveniente não retardar em face da natureza da obra.

Tendo em vista a preparação de futuros projectos, manteve-se a recolha de elementos relativos à bacia hidrográfica do Douro e prosseguiu-se na obtenção de novos elementos topográficos.

Continuou-se também a dar a devida atenção à observação do comportamento dos aproveitamentos já em exploração, com a colaboração do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

2.2.2 — *Construção*

Carrapatelo

Desenvolveram-se com bom ritmo, neste exercício, os trabalhos de construção deste aproveitamento, apesar das condições desfavoráveis dos caudais que, por três vezes, durante o primeiro trimestre, inundaram os locais das obras principais, provocando alguns estragos e a formação de depósitos de areias e lamas, obrigando a trabalhos de reparação e remoção antes do prosseguimento das betonagens. Estas operações, que só vieram a ficar concluídas em fins de Abril, foram causa de graves perturbações que contribuíram para dilatar o prazo de execução do aproveitamento.

A partir de então, e devido também ao facto de estarem já completamente vencidas as dificuldades impostas pelos acidentes geológicos defrontados na central, foi possível incrementar os trabalhos de betonagem, tendo-se colocado, durante o ano, cerca de 235 000 m³ de betão, apesar das paralisações provocadas pelas cheias.

Até ao fim de Dezembro, os volumes de escavações realizados e dos betões colocados nos elementos de obras principais atingiram, respectivamente, 1 120 000 e 650 000 m³.

Estão em vias de acabamento todas as obras decorrentes da criação da futura albufeira e que é urgente concluir antes do seu enchimento, tais como os trabalhos de consolidação dos taludes e obras de arte do caminho de ferro, o restabelecimento de comunicações e a construção do novo aldeamento da Pala.

Em matéria de equipamentos hidromecânicos e electro-mecânicos, deu-se seguimento aos planos da respectiva montagem.

Régua

Prosseguiram em bom andamento os trabalhos de construção deste aproveitamento, que se desenvolveram de acordo com os programas, apesar dos contratempos criados pelos elevados caudais verificados no primeiro trimestre de 1969. Assim, concluiu-se, no decorrer do ano, a montagem das instalações de fabrico e colocação de betões e restantes equipamentos destinados à construção do aproveitamento.

Apesar das permanentes dificuldades de recrutamento de mão-de-obra, foi possível concluir, até ao fim da estiagem, as fases de construção previstas na metade da barragem da margem direita e bacia de dissipação, necessárias para garantir a operação de desvio do rio no próximo ano. Depois de desviado o caminho de ferro, concluíram-se as escavações na zona da central e iniciaram-se as betonagens da descarga auxiliar e dos grupos da central. Na zona da eclusa iniciaram-se as escavações e concluiu-se a primeira fase de consolidação da encosta.

Em fins de 1969, as escavações realizadas e os betões colocados nos elementos de obra principais do aproveitamento totalizavam, respectivamente, 585 000 e 110 000 m³.

Em matéria de equipamentos hidromecânicos e electro-mecânicos, fizeram-se encomendas e iniciaram-se montagens, de acordo com os respectivos programas de trabalhos.

Valeira

Com a adjudicação da empreitada de construção do acesso ao local do aproveitamento, na margem esquerda, iniciaram-se os trabalhos de construção, tendo-se já realizado cerca de 50 000m³ de escavações.

Elaborou-se o projecto da linha a 30 kV que, a partir da central de Tabuaço, alimentará o estaleiro deste aproveitamento, tendo-se ainda executado a piquetagem do traçado.

2.3 — Aproveitamentos hidroeléctricos das bacias do Cávado e do Tâmega

2.3.1 — *Estudos e projectos*

Completaram-se os projectos de execução necessários ao andamento dos trabalhos das captações e derivações para ampliação das bacias hidrográficas de Paradela e Venda Nova.

No acompanhamento da construção do escalão de Vila-rinho das Furnas, elaboraram-se estudos de pormenorização necessários à execução das obras. Relativamente a este mesmo aproveitamento, elaborou-se o projecto de uma variante de descarregador de cheias, já superiormente aprovado e presentemente em ensaios sobre modelo reduzido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Como colaboração no desenvolvimento do programa de construção de novos centros produtores, procedeu-se à realização do projecto do escalão do Torrão, no rio Tâmega, que se submeteu à apreciação oficial em Setembro de 1969.

Com relação ao plano geral do aproveitamento hidroelétrico da bacia hidrográfica do rio Tâmega, prosseguiram com maior intensidade os estudos de actualização dos elementos hidrológicos e energéticos, efectuaram-se reconhecimentos geológicos em quase todos os locais das barragens dos escalões previstos e procedeu-se à primeira definição e cálculo das barragens respectivas.

Como trabalho de rotina, dedicou-se a necessária atenção à observação do comportamento das obras dos escalões já em exploração nos rios Cávado e Rabagão, como convém à sua conservação em boas condições de segurança.

2.3.2. — *Construção*

Vilarinho das Furnas (rio Homem)

Foram adjudicadas, em fins de 1967, as empreitadas de construção da barragem e respectivas obras de derivação; os trabalhos, iniciados em 1968, desenvolveram-se a pleno rendimento durante o ano de 1969.

Neste mesmo ano procedeu-se também ao lançamento dos concursos e concretização da adjudicação das obras do edifício da central, da plataforma da conduta forçada (construção civil) e ainda do fornecimento e montagem das blindagens do túnel em carga e da conduta forçada.

Concluíram-se as escavações para a fundação da barragem, com os tratamentos localizados que se tornaram indispensáveis onde a sua natureza geológica o aconselhava. As betoneiras prosseguiram, no início do ano, a um ritmo ainda condicionado pelo tratamento das escavações da fundação, mas que puderam, a partir da conclusão desse tratamento, desenvolver-se a cadência sempre crescente de tal forma que, neste momento, nos faz prever a recuperação total dos atrasos iniciais de modo a poder cumprir-se a data de conclusão dos trabalhos prevista para o começo do 4.º trimestre de 1970. O volume de betão colocado até fins de 1969 atingiu o valor de 149.000 m³, sensivelmente metade do total previsto para a construção da barragem.

Iniciaram-se, já no decorrer de 1970, os trabalhos para execução do descarregador de cheias. Os trabalhos nas obras de derivação prosseguiram também em bom ritmo, o qual se compatibiliza com o desenvolvimento da obra principal na barragem.

Quanto à central e à subestação, concluiu-se o acesso à central e executaram-se as escavações a céu aberto e o aterro no local da subestação. Adjudicados os trabalhos de construção civil da central e anexos, prossegue a sua execução.

Foi adjudicado o equipamento electromecânico da central, continuando-se, com base nos programas da sua entrega e montagem, a prever a entrada em serviço do novo aproveitamento no primeiro semestre de 1971. É de fazer notar que esta será a primeira central nacional inteiramente automatizada e telecomandada (a partir da central da Caniçada, localizada a 10 km de distância).

Ampliação das bacias hidrográficas de Paradela (Cávado) e Venda Nova (Rabagão).

Concluído o desvio do rio Toco, como se encontrava previsto, ficaram terminadas as obras de ampliação da bacia hidrográfica de Paradela, o que já permitiu o aproveitamento dos caudais afluentes no ano hidrológico corrente.

O desenvolvimento das obras do desvio do rio Cabreira para a albufeira de Venda Nova, já em fase de acabamentos, conduzirá à sua entrada em serviço nos primeiros meses de 1970.

2.4 — Aproveitamento hidroeléctrico de Fratel

2.4.1 — *Estudos e projectos*

Prosseguiram os estudos e projectos relativos ao aproveitamento em curso de realização no Fratel, designadamente em ligação com a execução da derivação provisória do rio e início da betonagem das obras definitivas no início do ano, e com as adjudicações dos equipamentos hidromecânicos e electromecânicos no fim do ano.

Continuou-se com a observação topográfica e com os registos de infiltrações e subpressões nas três barragens do sistema Zêzere, com vista a alertar sobre qualquer comportamento anormal. As observações têm sido feitas com maior frequência na barragem do Cabril, a qual pela sua altura e natureza das fundações necessita de ser acompanhada mais atentamente.

2.4.2 — *Construção*

Construídas as infra-estruturas do estaleiro — estrada de acesso, alojamento para pessoal, etc. —, adquiridos os equipamentos fixos para a construção e feita parte das escavações no leito do rio em regime de empreitada prévia, ficou em 1968 a

obra preparada para o desenvolvimento dos trabalhos por parte do empreiteiro geral da construção civil.

As metas principais a atingir em 1969, como previsto no programa de trabalhos, diziam respeito à montagem do estaleiro e dos equipamentos, e à realização do conjunto de obras que permitissem fazer, durante a estiagem, a derivação provisória do rio. Para isso, procurou-se e conseguiu-se coordenar os trabalhos em Fratel com os trabalhos em curso na grande barragem de Alcântara, no país vizinho, e, desse modo, a operação que se antevia difícil do desvio do rio do seu curso normal fez-se com toda a facilidade, em menos de uma semana, logo após o represamento das águas naquela barragem espanhola.

As dificuldades de recrutamento de mão-de-obra têm-se feito sentir fortemente neste estaleiro, agravadas pela concorrência movida por outras obras em curso na região.

De modo geral, no entanto, pode afirmar-se que a obra de Fratel, durante 1969, prosseguiu bem, situando-se os trabalhos sem atraso em relação ao programa estabelecido.

2.5 — Aproveitamento do Mondego

Está em curso o projecto definitivo do aproveitamento da Aguieira, no Baixo Mondego, em ligação com a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e no seguimento da orientação do Decreto-Lei n.º 47 240 de 6 de Outubro de 1966, já concretizada, neste caso, por decisão tomada em Conselho de Ministros em Outubro de 1969.

Prosseguiram também os estudos para inventariar os recursos da bacia do rio Mondego, procurando definir-se um esquema para o aproveitamento do Alto Mondego que contemple as suas finalidades múltiplas, de acordo com as directrizes da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.

2.6 — Aproveitamento do Guadiana

Completou-se o projecto do aproveitamento de fins múltiplos de Alqueva, no rio Guadiana, que foi entregue à Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, no desempenho de funções de seus consultores.

2.7 — Centrais térmicas e nucleares

2.7.1 — Central do Carregado

Estudos e projectos

O desenvolvimento do projecto do 3.º grupo do Carregado entrou em fase activa, tendo-se passado as encomendas para todo o equipamento electromecânico, com excepção de alguns fornecimentos subsidiários.

No que respeita à engenharia civil, foi executado em 95 % do total o projecto relativo ao 3.º grupo gerador. Em relação ao quarto grupo, o avanço do projecto de engenharia civil pode estimar-se em 75 %.

Foi colocada a primeira encomenda para a 4.ª unidade, com adjudicação do grupo turbo-alternador.

Foi adjudicada a empreitada da fundação de dois reservatórios de fuel-óleo de 20 000 t correspondentes aos 3.º e 4.º grupos da central.

Foi adjudicado também o fornecimento e montagem da estrutura metálica e revestimento da sala de máquinas relativas à 2.ª fase da central.

Comprovada a viabilidade da ampliação da potência da central do Carregado para $6 \times 125 \text{ MW} = 750 \text{ MW}$, designadamente no que respeita à capacidade do canal de adução para transportar o suplemento de caudal necessário à refrigeração dos grupos, iniciaram-se e estão em curso os estudos gerais e de pormenor relativos a esta ampliação.

No ano de 1970 deverão iniciar-se os trabalhos de construção civil relacionados com a execução da 3.ª fase da central, dizendo respeito nomeadamente à preparação dos locais a ocupar pela ampliação.

Construção

Concluíram-se os trabalhos de acabamento referentes a obras e instalações complementares do 2.º grupo e também a instalação do oleoduto entre o cais do Tejo e os reservatórios de fuel-óleo para abastecimento de combustível por via fluvial.

Decorreram em andamento normal as obras gerais de construção civil iniciadas no verão de 1968.

Executaram-se também as fundações dos reservatórios de fuel-óleo correspondentes aos 3.º e 4.º grupos, os quais vão ser submetidos a ensaios; e iniciaram-se as montagens das estruturas do gerador de vapor do 3.º grupo.

2.7.2 — *Central da Tapada do Outeiro*

Está actualmente em curso, num dos grupos, a montagem de um despoeirador electrostático de alto rendimento em substituição do antigo sistema hidráulico de menor rendimento. Fica assim completa, nos três grupos, a instalação de despoeiramento electrostático que reduzirá apreciavelmente a poluição atmosférica devida aos fumos emitidos pelas chaminés da central.

2.7.3 — *Central de Rio Maior*

Os condicionamentos ainda pendentes de resolução, no tocante à concessão mineira, recomendaram um abrandamento de ritmo dos estudos nos aspectos mais ligados ao equipamento. Durante o ano de 1969 apenas se procedeu à colheita de elementos de rotina com vista ao melhor conhecimento da hidrogeologia local.

2.7.4 — *Primeira central nuclear*

Apesar duma evolução dos mercados menos favorável à instalação das baixas potências unitárias, os indicadores recolhidos nos estudos em curso continuaram a mostrar o interesse que poderá ter a integração na rede nacional duma central nuclear.

No ano de 1969 desenvolveu-se uma campanha sistemática de prospecção de sítios para centrais térmicas, tendo em vista especialmente a localização da primeira central nuclear.

Considerando que essa primeira central se destinará essencialmente a satisfazer consumos da região de Lisboa, foram seleccionadas algumas localizações possíveis, das quais uma se considera mais favorável para a primeira realização.

Foram efectuadas campanhas de sondagens para reconhecimento do terreno de fundação e está definido um programa de prosseguimento dos estudos de caracterização do sítio escolhido.

Dos estudos de planeamento que irão desenvolver-se na Companhia resultará uma orientação sobre a data de integração possível da primeira central nuclear que permitirá desenvolver adequadamente os estudos preliminares já encetados.

Também em 1969 se intensificou a nossa colaboração com a Junta de Energia Nuclear, no âmbito de um vasto programa de estudos relativos à instalação e funcionamento de centrais nucleares.

Esse programa foi aprovado em Conselho de Ministros e consiste numa numerosa série de estudos parciais a cargo de grupos de trabalho em que participam fundamentalmente, além de diversos departamentos da Junta de Energia Nuclear, os organismos oficiais interessados e a nossa Empresa.

Merece ainda referência a realização de uma missão de estudos de técnicos da nossa Companhia e da Junta de Energia Nuclear a alguns dos principais países europeus fabricantes de reactores nucleares e possuindo centrais nucleares em construção ou exploração.

A finalidade desta missão foi essencialmente a de avaliar os problemas e assuntos relacionados com a engenharia civil no que se refere ao projecto e à construção, e também à organização das empresas.

2.8 — Rede de transporte

Não foram iniciadas obras de vulto durante o ano de 1969, pois não foram lançados novos centros produtores que conduzissem à necessidade do reforço do equipamento de transporte existente.

A acção limitou-se à continuação dos trabalhos já antes programados, essencialmente resultantes do aumento dos consumos.

2.8.1 — Linhas

Linha Carrapatelo-Pereiros

Entrou em serviço no mês de Setembro, com a nova subestação do Carrapatelo, cuja construção foi antecipada em relação à central. Como consequência disso ligou-se à sua tensão nominal de 220 kV o troço Carrapatelo-Vermoim da antiga linha da central do Tabuaço, que provisoriamente amarrava na subestação de Ermesinde (150 kV).

Ficou assim completo um novo circuito a 220 kV (Douro Internacional-Vermoim-Pereiros), reforçando-se a capacidade de transporte para o sul do País, como a experiência vinha aconselhando.

Linha do Algarve

Ficou concluída nos primeiros dias de Agosto, mas só entrou em serviço em Dezembro, data de conclusão da montagem do respectivo painel de saída na subestação de Ferreira do Alentejo. Foi construída para a tensão de 150 kV e está a funcionar a 60 kV. Quando o desenvolvimento do consumo do Algarve o justificar, será construída uma subestação de transformação de 150/60 kV em Tunes, para a qual já foi adquirido o terreno, e a linha passará então a funcionar à sua tensão nominal.

Linha Alto de Mira - Carregado - Porto Alto

Procede-se neste momento à construção da linha a 220 kV Carregado - Alto de Mira, estando implantados 75 % dos maciços de fundação dos postes e iniciada a montagem destes. Espera-se tê-la concluída durante a próxima estiagem, seguindo-se a montagem do troço Carregado-Porto Alto, a acabar nos últimos meses do corrente ano.

2.8.2.— *Subestações*

Ampliações das subestações existentes

Estão em curso trabalhos de ampliação da potência instalada nas subestações de Vermoim, Alto de Mira e Ferreira do Alentejo, que se espera concluir até meados de 1970. Tem também continuado a montagem de novos painéis de 60 kV, para responder ao aumento da potência pedida.

Para a subestação de Porto Alto foi adquirido um auto-transformador de 120 MVA, 220/150 kV, e o material necessário à sua montagem. Estabelecemos assim uma nova ligação entre as redes de 220 e 150 kV, ligando Porto Alto à central do Carregado por meio da linha a 220 kV a que já se fez referência. Contamos que estas novas instalações estejam em serviço cerca do fim de 1970.

Subestação do Pocinho: Reforço do abastecimento de Trás-os-Montes; interligação com a Espanha

Está prevista, desde há tempo, a instalação duma subestação no Pocinho que, além da recepção da energia a produzir na prevista central do mesmo nome, teria a finalidade de efectuar o abastecimento mais directo da rede de distribuição de Trás-os-Montes e realizar, em solução tènicamente apropriada, a interligação com a Espanha.

O problema foi agora retomado, já no quadro da CPE, para estudo completo dos seus diversos aspectos com vista à escolha da melhor solução que poderá revelar-se mesmo ser uma solução alternativa, utilizando as maiores facilidades derivadas de a rede de transporte e as centrais do Douro Internacional estarem agora concessionadas a uma única entidade. Espera-se que, em breve, seja possível anunciar os resultados dos estudos, com vista à adopção de soluções em primeira fase.

2.8.3 — Oficinas

As oficinas de Sacavém, criadas oportunamente pela extinta Companhia Nacional de Electricidade para a fabricação de postes — corte e zincagem — trabalhavam directamente para as realizações da rede de transporte. Anote-se no entanto que, como o ritmo variável de construção das linhas da rede de transporte não permite assegurar carga constante às oficinas, se tem procurado trabalhar para o mercado exterior, procurando regularizar a carteira de encomendas de forma a melhorar a rendabilidade.

Assim, no exercício de 1969, a repartição da produção das oficinas de Sacavém entre a rede de transporte e outros clientes é significativamente comparável, como se deduz dos seguintes valores:

fabricao: rede de transporte	889 t
outros clientes	576 t
zincagem: rede de transporte	763 t
outros clientes	764 t
montagens de estruturas: rede de transporte .	98 t
outros clientes . .	135 t

Impõe-se òbviamente, no quadro da CPE, a análise da viabilidade económica desta actividade, com vista ao estudo das melhores soluções a adoptar, até porque agora se dispõe de acrescidas possibilidades de utilização, e mesmo de reconversão, se tal for conveniente.

2.9 — Outros estudos e projectos

No âmbito da cooperação estabelecida com entidades que a solicitaram, prosseguiu a elaboração dos elementos relativos ao seguimento das obras em curso no empreendimento de Chicamba, no rio Revuè, em Moçambique; e na ribeira de Odivelas, integrada no Plano de Rega do Alentejo, da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.

3 — INVESTIGAÇÃO — LABORATÓRIO CENTRAL E CENTROS DE CÁLCULO

De acordo com a nova orgânica da Companhia, a Direcção Central de Investigação inclui o Laboratório Central e os Centros de Cálculo de Lisboa e Porto.

Vai sofrer novo impulso a acção destes departamentos, pois no domínio do cálculo automático, no tratamento da informação, em aplicações quer técnicas quer administrativas, na informática, nos estudos de organização, de planeamento económico, na análise do funcionamento dinâmico da rede, ou como apoio aos estudos e projectos de novos empreendimentos, muito se espera da sua actividade.

O âmbito do Laboratório será alargado no domínio das telecomunicações, protecções e instrumentação, abrangendo centrais e rede de transporte, e deverá estender-se a novos domínios na química e na física, na electrónica e na cibernética, tendo em vista as aplicações às centrais termoeléctricas clássicas e nucleares.

No exercício de 1969 as actividades dos serviços correspondentes ao do Laboratório Central deram satisfação, em primeiro lugar, às necessidades resultantes da ampliação da rede de transporte, destacando-se a ligação à central do Carrapatelo, com a instalação dos respectivos sistemas de telecomunicações e protecções

No sistema de regulação frequência-potência de interligação, foram introduzidas modificações no regulador instalado no Despacho, de modo a adaptá-lo melhor às características da rede e da interligação com a Espanha, obtendo-se uma mais conveniente actuação das máquinas encarregadas dessa regulação.

No domínio de medidas e aferições, continuou a prestar-se a melhor colaboração, tanto aos departamentos da empresa, como a outras entidades, destacando-se os ensaios relativos à entrada em funcionamento das baterias de condensadores.

No campo dos estudos e investigações de problemas relativos a redes eléctricas, prosseguiram os trabalhos para melhor aproveitamento do material e optimização da exploração. Destas actividades salientam-se, como mais representativas, para além dos trabalhos correntes de conservação e reparação, e de ensaios de recepção de equipamentos:

- Projecto de montagem e coordenação das protecções em centrais e saídas de subestações;
- Projecto e montagem de novos sistemas de correntes portadoras;
- Substituição do sistema analógico de telemedidas e tele-sinalizações, instalado no Despacho, por um outro do tipo digital, e estudos relativos às modificações a introduzir nos reguladores frequência-potência, de forma a torná-los mais adaptados às condições da rede;
- Projecto e montagem de equipamento electrónico para a medida de temperatura, por imagem térmica, em transformadores;

- Estudos para coordenação geral das protecções, incluindo as condições de estabilidade da rede;
- Estudos de sistemas automáticos de deslastre de cargas;
- Estudos técnico-económicos sobre meios de produção de energia reactiva, em geral, e em particular, quanto aos problemas de tensão no Sul.

No Centro de Cálculo até agora integrado no Laboratório de Sacavém, desenvolveu-se, além do apoio directo a muitos dos estudos mencionados, uma apreciável actividade de processamentos de índole administrativa e estatística.

No Centro de Cálculo do Porto continuou a intensificar-se a sua utilização pelos diferentes Serviços, tanto em aplicações técnicas como de gestão, tendo-se cuidado em especial de desenvolver a biblioteca de programas, no sentido de utilizar processos de estudo mais aperfeiçoados e analisar soluções de maior complexidade ou generalidade. Podem citar-se, entre outros preparados no ano que findou, o programa de cálculo de estruturas pelo método dos elementos finitos planos, o estudo e dimensionamento de uma barragem de contrafortes em cabeça de diamante pelo método das diferenças finitas, o estudo da evolução dos encargos económico-financeiros de um aproveitamento ao longo da sua vida e a análise das possibilidades de produção conjunta de sistemas hidroeléctricos, tendo em conta os efeitos da bombagem.

Para concluir, é de salientar que se atingiram interessantes índices de utilização do equipamento instalado nos Centros de Cálculo. Deve, aliás, referir-se que, nos dois Centros de Cálculo, como nas instalações do Laboratório de Sacavém, se continuou a prestar colaboração a diversas entidades estranhas à Companhia.

4 — REPRESENTAÇÃO NOUTRAS EMPRESAS

4.1 — Hidro Eléctrica Portuguesa

Foi possível celebrar, em 18 de Outubro do ano findo, o contrato definitivo de cessão do aproveitamento do Távora, após laboriosas negociações a partir do respectivo contrato-promessa.

Em cumprimento do estatuído naquele contrato, foram convidados os accionistas da Hidro Eléctrica Portuguesa, que ainda o não houvessem feito, através de anúncios publicados na imprensa diária, a formular os pedidos de troca das suas acções por acções da Hidro Eléctrica do Douro, o que já veio a efectivar-se depois da constituição da CPE.

Regularizada deste modo a concretização da transferência da concessão do aproveitamento do Távora, já antes autorizada

oficialmente, e efectuada a troca de acções, a HEP é actualmente uma empresa afiliada da nossa Companhia, que nela passa a deter o comando da gestão. Vai agora proceder-se ao estudo da actividade económica da empresa, tendo em vista procurar as soluções mais adequadas à economia da sua exploração, actualmente reduzida ao pequeno aproveitamento hidroeléctrico do Cabrum e à respectiva rede de distribuição, para além da participação, relativamente importante, na Eléctrica Duriense.

4.2 — Empresa Carbonífera do Douro

Em representação do Estado, foi designada a extinta Empresa Termoeléctrica Portuguesa para o Conselho de Administração da Empresa Carbonífera do Douro, cargo em que a nossa Companhia assegura agora a continuidade daquela representação, no prosseguimento da realização duma política energética global superiormente orientada pelo Governo, com vista à definição das melhores condições de articulação dos sectores da electricidade e dos carvões nacionais.

5 — COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

5.1 — Participação nos trabalhos oficiais de Planeamento

Representantes da Companhia continuaram a participar nos trabalhos de programação das actividades do sector da energia, quer directamente no âmbito do extinto Grupo de Trabalho n.º 5 da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, quer através da Subcomissão da Produção e do Transporte que tem funcionado no Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade.

A assinalar, entre outros trabalhos, no ano que findou, a preparação do programa de execução do III Plano de Fomento relativo a 1970.

5.2 — Órgãos colectivos da Indústria

5.2.1 — *Repartidor Nacional de Cargas*

A actuação do Repartidor Nacional de Cargas continuou, no ano findo, a ser exercida com o equilíbrio e segurança a que, desde sempre, nos habituou.

A reestruturação da rede primária, de que derivou a constituição da Companhia Portuguesa de Electricidade, vem, naturalmente, dada a concentração numa só empresa das funções até agora atribuídas a cinco entidades distintas, e a crescente preponderância da sua produção no conjunto da rede interligada, justificar a revisão da orgânica interempresarial no âmbito da coordenação da exploração, o que acarretará naturalmente a adopção de novas fórmulas para a atribuição das funções de repartição de cargas.

5.2.2 — *Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade*

Prosseguiu, no ano findo, a acção que o Grémio vem desenvolvendo, com relevo, em diversos domínios de interesse para o conjunto do sector, nomeadamente nos campos da formação profissional e da sistematização tarifária.

A nossa Companhia, que ocupa a vice-presidência da Direcção do G. N. I. E., continua a acompanhar com interesse a actividade deste organismo, dada a sua importância em matérias que, directa ou indirectamente, muito interessam à sua própria acção.

5.3 — **Organizações internacionais**

Directamente, através das empresas fusionadas, ou indirectamente, através dos organismos colectivos da indústria, continuámos a acompanhar os trabalhos de diversas organizações internacionais e a participar nas suas reuniões.

Merecem referência, sob este aspecto, as actividades desenvolvidas no seio da U. C. P. T. E. — Union pour la Coordination de la Production et du Transport de l'Electricité —, organização europeia destinada ao estudo dos problemas postos pelo desenvolvimento da interligação internacional, e em cujos trabalhos participamos, tanto ao nível do seu Conselho Geral, como dos respectivos grupos de trabalho permanentes; os estudos realizados, em alguns casos com significativa participação portuguesa, no âmbito da UNIPEDE — Union Internationale des Producteurs et Distributeurs d'Electricité —; os trabalhos da Comissão Internacional das Grandes Barragens e da Conferência Mundial da Energia, em cujas Comissões Nacionais temos representação.

Para além destas, há ainda a destacar — por nos tocar mais directamente — o apoio dado à Comissão luso-espanhola para regular o aproveitamento hidroeléctrico do rio Douro, nos trabalhos de regulamentação dos convénios relativos à utilização dos rios de interesse comum aos dois países; e a actuação no quadro da

U. F. I. P. T. E. — União Franco-Ibérica para a Coordenação da Produção e do Transporte de Electricidade — que constitui uma das 3 organizações «regionais» enquadradas na U. C. P. T. E., englobando esta a França, a Espanha e o nosso País.

A nossa Companhia detém a presidência da Comissão de Interligação Internacional, que funciona no G. N. I. E., e através da qual se têm feito os contactos nacionais sobre interligação, quer bilateralmente com a Espanha, quer em participação na referida União triangular. Destas relações tem resultado um excelente ambiente que muito tem facilitado o recurso ao apoio da interligação, como já tem sido comprovado.

6 — CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

O contrato colectivo de trabalho para a indústria da electricidade, assinado pelo Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade e pelos Sindicatos interessados e homologado pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em Dezembro de 1968, constituiu acontecimento de alto significado que já fora devidamente posto em relevo nos relatórios de 1968 das cinco empresas fusionadas. Publicado no Diário do Governo n.º 38 II Série, de 14 de Fevereiro de 1969, entrou em vigor, nos termos do n.º 1 da sua cláusula 2.ª, em 1 de Março seguinte.

Imediatamente, em cada uma das empresas, como no âmbito gremial do sector, começaram a tomar-se as medidas nele previstas e conducentes à sua plena aplicação.

Entre estas destacam-se, pelo considerável volume de trabalho que implicam, as operações de análise e qualificação de funções, necessárias ao estabelecimento do novo sistema de remunerações instituído pelo contrato. Iniciadas separadamente em cada uma das cinco empresas, foi oportunamente constituída uma comissão encarregada da uniformização dos resultados. Os seus trabalhos deverão ficar concluídos de modo que o novo sistema possa ser aplicado ao pessoal da Companhia abrangido pelo contrato, em obediência ao nele estipulado.

Foram também constituídas as diversas comissões corporativas e a comissão permanente, previstas no contrato, para as quais as empresas fusionadas designaram os representantes que lhes competiam. No interior das empresas, deu-se cumprimento às cláusulas referentes às comissões de segurança, aos encarregados de segurança e à medicina do trabalho.

Estão também sendo satisfeitas as diversas regalias previstas para os trabalhadores, e em curso de regulamentação a concessão dos complementos de reforma e de pensão de sobrevivência, prevendo-se a sua extensão a todo o pessoal, mesmo o não abrangido pelo Contrato.

7 — ACÇÃO SOCIAL

Para além das regalias agora incluídas no contrato colectivo e que, na sua maior parte, já eram concedidas pelas cinco empresas fusionadas (embora com regimes diferentes), constituiu sempre preocupação facultar ao pessoal diversos benefícios e serviços, com objectivos sociais e assistenciais, na medida das necessidades mais prementes e com carácter supletivo em relação às instituições públicas existentes.

Tornar-se-ia demasiado longo enumerar aqui todas estas regalias de natureza social, cuja importância, diversidade e progressivo desenvolvimento podem verificar-se, consultando os anteriores relatórios anuais das empresas fusionadas.

Realizada a fusão, torna-se agora necessário unificar os regimes, como aliás já havia sido decidido pelas Administrações das cinco empresas. Como orientação para este trabalho de unificação, entende-se manter a já indicada, ou seja, dar satisfação às necessidades e carências mais prementes dos que trabalham na Empresa e suas famílias, em regime de complementaridade em relação à acção oficial, procurando uma solução que, não sendo a envolvente dos máximos de todas as regalias existentes, de forma permanente, seja o resultado da ponderação das mesmas, de tal maneira que efectivamente signifique uma melhoria geral das situações actuais.

Para dar uma ideia de conjunto da actividade desenvolvida no concernente aos Serviços Médicos — parte significativa desta acção social — refere-se que foram assistidas cerca de 22 000 pessoas e que o número total de consultas atingiu cerca de 77 000.

8 — INVESTIMENTOS E MEIOS FINANCEIROS

8.1 — Durante o exercício de 1969 o investimento feito em novas imobilizações foi de 1 376 948 contos, repartido pelas instalações e equipamentos referidos no quadro seguinte:

Novas instalações:	Contos
Produção hidráulica	1 011 851
Produção térmica	199 028
Transporte	115 424
Instalações em exploração	21 038
Equipamentos de estaleiro e diversos	29 607
	<hr/>
	1 376 948

O aumento das imobilizações que a contabilidade regista em relação a 1968 é superior a esta verba total em 173 312 contos. Esta importância foi imputada ao aproveitamento hidroeléctrico de Vilar-Tabuaço por motivo da integração, na Hidro Eléctrica do Douro, dos movimentos contabilizados pela Hidro Eléctrica Portuguesa, conforme escritura de cessão do Távora celebrada em 18 de Outubro de 1969, com trespasse autorizado pelo Decreto n.º 44 306 de 27 de Abril de 1962.

A cobertura do investimento feito em novas instalações e equipamentos, no exercício findo, foi obtida das fontes de financiamento seguintes:

Acções:		Contos
Emissões de 1968 (parte liberada em 1969)		150 328
Empréstimos:		
Mercado interno:		
Banco de Fomento Nacional	280 232	
Caixa Geral Depósitos C. Previdência	445 000	725 232
	<hr/>	
Mercado externo:		
Banco Mundial	237 370	
Lazard Brothers & Co. Ltd.	14 715	252 085
	<hr/>	
Recursos próprios:		
Subvenções para investimentos	80 000	
Diversos (utilização transitória)	169 303	249 303
	<hr/>	<hr/>
		1 376 948

A única emissão de acções em 1969, no valor de 150 000 contos, foi feita pela Hidro Eléctrica do Douro e destinou-se à troca das acções da Hidro Eléctrica Portuguesa, em cumprimento do disposto no contrato definitivo da cessão do aproveitamento hidroeléctrico do rio Távora. Assim, aquela emissão não foi considerada nas fontes de financiamento das obras realizadas no exercício findo.

Não se efectuou, em 1969, qualquer emissão de obrigações. No entanto, em resultado da celebração do contrato definitivo da cessão do aproveitamento do rio Távora, foi transferida para a

Hidro Eléctrica do Douro a responsabilidade representada pelo conjunto das obrigações vivas à data da escritura, emitidas pela Hidro Eléctrica Portuguesa, no total de 57 615 contos.

Merecem referência especial o contributo dado pelas instituições de crédito para o financiamento das obras realizadas em 1969, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência e o Banco de Fomento Nacional, que financiaram 32 % e 20 %, respectivamente, do total investido.

8.2 — O investimento em curso em novas instalações de produção e transporte de energia, conforme se refere no capítulo «Estudos, Projectos e Construção», é da ordem de 8,5 milhões de contos.

No conjunto das instalações citadas na parte respectiva deste relatório já tinham sido investidos, até ao final de 1969, 2 958 710 contos, conforme consta no balanço sob a rubrica «Imobilizações em Curso».

Está em estudo o financiamento das obras a executar durante o ano de 1970, que se considera estar perfeitamente assegurado — e sem dificuldades imediatas de tesouraria por utilização de meios contratados pelas empresas fusionadas — pelo recurso aos mercados normais de capitais, nas proporções que vierem a ser consideradas mais convenientes para a boa gestão da Companhia, com a devida sanção das Entidades Oficiais competentes. As circunstâncias em que teve de aprontar-se este relatório — em sobreposição às pesadas tarefas da organização de arranque da empresa e a outros trabalhos inadiáveis — não permitiram que, conforme era tradição e continua a ser nossa intenção, se apresente, já neste primeiro relatório anual, uma indicação sobre as fontes de financiamento previstas, para a devida elucidação e orientação dos senhores accionistas.

9 — BALANÇO E RESULTADOS

Por motivo da fusão houve que proceder em curtíssimo prazo à integração das contabilidades das empresas fusionadas e promover a consolidação dos respectivos balanços.

Esta complexa tarefa foi, todavia, facilitada até certo ponto pela adopção, no início de 1969, do «plano uniforme de contas da rede eléctrica primária», a que se referiram os relatórios de 1968 das diversas empresas então existentes, uma vez que, por essa forma, ficaram definidos critérios de contabilização com vista a permitir a relevação dos respectivos patrimónios e o apuramento de custos e de resultados segundo critérios comuns.

Com referência à data de 20 de Outubro de 1969, e no seguimento da decisão tomada em cada uma das Assembleias Gerais Extraordinárias que votaram a fusão, foram dados balanços em cada empresa para se definirem os valores e os resultados a transferir para a empresa resultante da fusão, estabelecendo-se a partir desses valores o balanço inicial da nova Empresa — valores recebidos em realização integral do capital nominal e das reservas e resultados transferidos. Tais resultados não eram, porém, definitivos, uma vez que, naquela data, não estavam fixadas as importâncias da receita a atribuir ao Fundo de Apoio Térmico e às subvenções legais para investimento e para complemento das amortizações financeiras.

Outorgada por escritura pública de 3 de Dezembro de 1969 a constituição da Companhia, procedeu cada uma das anteriores empresas, nessa data, ao encerramento definitivo das suas contas, sendo integrados na nova Empresa, em conformidade com a citada escritura, os movimentos operados no período decorrente de 20 de Outubro à data da escritura.

O balanço e as contas que a seguir se submetem à consideração e aprovação dos Senhores Accionistas, referem-se, portanto, a todo o exercício de 1969, uma vez que englobam a integralidade dos movimentos contabilísticos ao mesmo exercício respeitantes.

Com o intuito de tornar mais clara a apresentação das contas, referir-nos-emos às principais rubricas das mesmas.

Assim, no 1.º termo do balanço, anota-se que, no fecho de contas, o activo bruto atingia a cifra de 17 136 milhares de contos, nele avultando as imobilizações que atingiam 15 815 milhares de contos. Estas estão reintegradas, em conformidade com as prescrições legais, em 1 452 milhares de contos.

No referido activo figura a conta «Accções Próprias» com o valor de 211 908 798\$85, correspondente às inter-posições accionistas que as anteriores empresas da rede eléctrica primária possuíam nas suas carteiras.

O passivo refere as exigências agrupadas em função dos prazos de vencimento, com as designações de curto, médio e longo prazo, respectivamente a um ano, a cinco anos e a mais de cinco anos.

Anotaremos que os financiamentos, incluindo efeitos a pagar a médio e a longo prazo, montavam a 6 601 milhares de contos e que os capitais próprios — reintegrações compreendidas — com a ressalva das regularizações a que há que proceder em conformidade com o decreto-lei n.º 49 211, atingem 9 337 milhares de contos, pelo que a cobertura dos capitais permanentes (15 455 milhares de contos) está representada por 60,4 % de capitais próprios e 39,6 % de capitais alheios.

Ainda referiremos que estão constituídas as provisões para riscos e também para encargos não liquidados, por forma a dar-lhes

inteira cobertura, entre estes se citando a provisão para encargos fiscais.

As contas «Reconstituição do Investimento» e «Subvenções Recebidas» figuram no balanço pelos valores contabilizados em harmonia com a legislação que vigorava à data da cessação das anteriores empresas. Haverá que aguardar o apuramento das determinações do já citado decreto-lei n.º 49 211, para se proceder à regularização das referidas contas, razão por que não aparece desde já explicitado o Fundo de Financiamento Legal a que se refere o seu art. 11.º.

A conta de «Exploração» evidencia as vendas de energia que, considerados os consumos próprios, ultrapassaram o milhão e meio de contos.

Os encargos affectos à exploração atingiram 592 113 contos, neles se incluindo 110 770 contos da participação na receita da venda de energia atribuída ao Fundo de Apoio Térmico, em conformidade com o regime legal do mesmo. Por sua vez o referido Fundo concorreu com 23 229 contos para cobertura dos encargos variáveis da produção térmica.

Também a débito da conta de «Exploração» se registaram as subvenções legais atribuídas ao investimento e ao complemento necessário à amortização financeira.

O saldo da exploração atinge 941 659 contos.

Na conta de «Lucros e Perdas» aparece o referido saldo adicionado dos resultados contabilizados por actividades fora da exploração eléctrica e rendimentos de bens de fruição.

Nos custos levados a esta conta referiremos especialmente os encargos financeiros, a excederem 300 000 contos; e os impostos liquidados, no montante de 136 003 contos.

Também se anotar-se-á o movimento operado na conta «Provisões — Para Encargos Fiscais», figurando a débito a importância de 35 000 contos com que, no exercício, se reforçou aquela Provisão, a fim de dar integral cobertura a encargos fiscais; no crédito aparece a verba retirada da Provisão anteriormente constituída para cobertura parcial dos encargos fiscais pagos.

O saldo final do exercício traduz-se pela expressiva verba de 487,6 milhares de contos. O valor absoluto do número — que poderá impressionar pelo nível inusitado no nosso País — tem de ser apreciado à luz dos capitais investidos, e nessa perspectiva referir-se-á que corresponde a 8,55 % do capital social, nível que, atentas as reservas livres existentes e a segurança que a progressão dos consumos de electricidade oferece, nos permite considerar satisfatórios os resultados alcançados.

Em conclusão, a conta de «Lucros e Perdas» fecha com o saldo de 487 576 979\$46, que, adicionado ao saldo do exercício anterior — 3 310 714\$79 —, perfaz 490 887 694\$25.

O dividendo que se propõe é de 8 % do capital em circulação, havendo casos em que, segundo as cláusulas das respectivas emissões, algumas acções não terão direito a dividendo por inteiro no exercício do ano de 1969.

Antes de submeter à vossa apreciação a proposta de distribuição do saldo do exercício, deseja ainda o Conselho de Administração afirmar a satisfação com que dá cumprimento à disposição estatutária que associa o pessoal aos resultados obtidos.

Nestas condições temos a honra de propor a seguinte aplicação dos resultados:

1 — Reserva Legal	24 400 000\$00
2 — Participação do pessoal nos lucros (n.º 1 do art.º 52.º dos Estatutos)	30 000 000\$00
3 — Dividendo de 8 % (não tendo algumas acções dividendo por inteiro, de acordo com as condições da emissão)	430 472 880\$00
4 — Saldo para «Conta Nova	6 014 814\$25
	<hr/>
	490 887 694\$25
	<hr/>

10 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

É, neste ano, particularmente delicado o cumprimento do dever, que é tradicional em relatórios desta índole, de exprimir o reconhecimento do Conselho de Administração da Companhia a todas as Entidades que o ajudaram na sua acção. É essa uma tarefa delicada este ano, em primeiro lugar porque terá de se agradecer não só em nome próprio mas também em nome dos órgãos correspondentes das empresas fusionadas, e em segundo lugar porque acrescem às razões habituais outras derivadas da própria operação da fusão que não teria sido possível, no curto prazo em que foi executada, sem a dedicação dos colaboradores, sem o apoio das Entidades Oficiais, sem a compreensão de muitas pessoas entre as quais naturalmente os Senhores Accionistas, porque foi o bom ambiente em geral criado que tornou possível a operação processar-se sem perturbações.

Ao Governo da Nação, em especial aos Senhores Ministro das Finanças e Economia, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Ministro das Corporações e Secretários de Estado da Indústria, do Tesouro, do Orçamento e do Trabalho e Previdência, deixamos consignada uma palavra de reconhecimento por todo o apoio dispensado, não esquecendo também os anteriores titulares das pastas referidas. Não podemos deixar de fazer uma referência especial, por força do mais directo contacto resultante das funções exercidas, ao Senhor Secretário de Estado da Indústria, Engenheiro Rogério Martins, que tanto se tem interessado pelo sector da electricidade e foi o directo impulsor da operação de fusão das empresas da rede primária.

Às Direcções-Gerais e outras Entidades Officiais, designadamente da Presidência do Conselho e dos ministérios da Economia e das Finanças, das Obras Públicas e das Corporações e Previdência Social, sem individualizações que, mesmo necessariamente numerosas, poderiam fazer ocorrer injustas omissões, desejamos agradecer o apoio que, de forma mais directa, nos dispensaram.

Às entidades bancárias com que trabalhamos manifestamos também o nosso reconhecimento, destacando o apoio do Banco de Portugal e das principais entidades financiadoras, a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Fomento Nacional.

Quanto aos aspectos internos da Companhia há, neste relatório, motivo, para antes de outras justas e usuais referências, deixar exaradas outras palavras menos habituais mas que são próprias do momento singular que vivemos, após a fusão das cinco empresas da rede primária. São essas palavras as do apreço que justamente é devido aos membros dos corpos gerentes das empresas fusionadas que cessaram as suas funções e por isso não nos acompanham nesta árdua tarefa, mas cuja acção é lembrada na medida em que ajudaram a criar o prestígio de que desfrutavam aquelas empresas e que a Companhia herdou com a natural obrigação de o acrescentar com o tempo.

Ao Conselho Fiscal asseguramos toda a nossa colaboração e expressamos votos de uma frutuosa tarefa em conjunto, cumprindo assinalar, desde já, o interesse que esse órgão estatutário está pondo em acompanhar a administração da Sociedade.

Ao pessoal da Companhia — esse conjunto de 5000 funcionários dispersos quase por todo o Continente, entre os quais se contam alguns dos mais qualificados técnicos nacionais — pouco há agora a dizer, porque já se lhe expressou internamente quanto se espera da sua dedicação e competência, mas vale a pena realçar publicamente que a Empresa lhe ficará a dever a medida do êxito

que muitos auguram a esta grande tarefa a bem da economia nacional, em prova de confiança de que tudo faremos para não desmerecer.

Porto, 9 de Março de 1970

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Albino Machado Vaz — Presidente

Fernando Ivo Gonçalves — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência

Manuel Rafael Amaro da Costa — Vogal do Conselho de Gerência

Pedro Manuel de Oliveira Reis — Vogal do Conselho de Gerência

José de Oliveira Campos — Vogal do Conselho de Gerência

Valentim de Almeida e Sousa — Vogal do Conselho de Gerência

Elysio de Oliveira Alves Pimenta

Fernando Moreira Ribeiro

Henrique Veiga de Macedo

Hermes Augusto dos Santos

Paulo de Barros

MAPAS

BALANÇO EM 31 DE

ACTIVO**DISPONIVEL**

Caixa	5 531 100\$60	
Bancos	253 866 099\$00	259 397 199\$60

REALIZAVEL

Efeitos a Receber	1 261 920\$00	
Clientes	322 408 533\$20	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Devedores	211 355 026\$04	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Devedores	17 220 134\$30	
Fundo de Apoio Térmico	4 659 680\$30	
Acções Próprias	211 908 798\$85	
Carteira de Títulos	29 152 689\$85	797 966 782\$54

EXISTÊNCIAS

Materiais em Armazém	130 016 549\$77	
Combustíveis	96 618 238\$82	
Obras em Curso	36 971 116\$07	263 605 904\$66

IMOBILIZADO

Participações Financeiras	90 298 475\$00	
Encargos a Amortizar	3 799 641\$88	
Estudos e Projectos Gerais	95 550 910\$26	
Imobilizações em Curso	2 958 710 140\$58	
Imobilizações Afectas às Concessões:		
Aproveitamentos Hidroeléctricos	8 338 872 095\$09	
Reintegrações	- 583 730 798\$20	7 755 141 296\$89
Centrais Térmicas	2 055 930 702\$57	
Reintegrações	- 185 934 798\$60	1 869 995 903\$97
Linhas	1 066 930 861\$99	
Subestações	743 830 137\$01	
Outras Imobilizações	107 272 980\$48	
	1 918 033 979\$48	
Reintegrações	- 600 993 659\$67	1 317 040 319\$81
Imobilizações não Afectas às Concessões	353 518 238\$93	
Reintegrações	- 81 538 940\$45	271 979 298\$48
		14 362 515 986\$87

Contas de Ordem 15 683 485 873\$67

1 755 569 101\$28

Porto, 9 de Março de 1970

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

PASSIVO

CURTO PRAZO

Dividendos a Pagar		3 636 214\$52		
Juros a Pagar		76 457 807\$21		
Obrigações Sorteadas		37 158 000\$00		
Efeitos a Pagar		75 323 944\$70		
Financiamentos:				
Obrigações	110 933 250\$00			
Empréstimos	371 678 282\$06	482 611 532\$06		
Empréstimo Consignado ao Fundo de Apoio Térmico		10 819 909\$40		
Devedores e Credores Gerais — Saldos Credores		136 069 398\$63		
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Credores		238 881 804\$80		
Provisões — Para Encargos Fiscais		158 803 249\$20	1 219 761 860\$52	

MÉDIO PRAZO

Efeitos a Pagar		55 157 709\$94		
Financiamentos:				
Obrigações	561 510 000\$00			
Empréstimos	1 424 352 051\$95	1 985 862 051\$95	2 041 019 761\$89	

LONGO PRAZO

Efeitos a Pagar		15 024 947\$00		
Financiamentos:				
Obrigações	1 804 201 750\$00			
Empréstimos	2 258 087 455\$11	4 062 289 205\$11	4 077 314 152\$11	7 338 095 774\$52

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL

Capital				5 700 000 000\$00
-------------------	--	--	--	-------------------

ACUMULADA

Reservas				
Obrigatórias				
Legal		30 000 000\$00		
Facultativas:				
Estabilização de Dividendos	218 187 747\$53			
Acção Social	10 170 000\$00	228 357 747\$53	258 357 747\$53	

CONDICIONADA

Subvenções Recebidas:				
Para Investimento	447 302 564\$92			
Para Amortização Financeira	271 350 365\$10	718 652 930\$02		
Comparticipações		88 123 437\$17		
Reconstituição do Investimento		1 015 079 104\$94		
Provisões		74 289 185\$24	1 896 144 657\$37	

ADQUIRIDA

Lucros e Perdas:				
De Exercícios Anteriores		3 310 714\$79		
Do Exercício		487 576 979\$46	490 887 694\$25	8 345 390 099\$15
				<u>15 683 485 873\$67</u>
Contas de Ordem				<u>1 755 569 101\$28</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- José Albino Machado Vaz* — Presidente
Fernando Ivo Gonçalves — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência
Manuel Rafael Amaro da Costa — Vogal do Conselho de Gerência
Pedro Manuel de Oliveira Reis — Vogal do Conselho de Gerência
José de Oliveira Campos — Vogal do Conselho de Gerência
Valentim de Almeida e Sousa — Vogal do Conselho de Gerência
Elysio de Oliveira Alves Pimenta
Fernando Moreira Ribeiro
Henrique Veiga de Macedo
Hermes Augusto dos Santos
Paulo de Barros

DÉBITO

Combustíveis		20 900 143\$20
Encargos Gerais de Exploração		98 869 754\$16
Encargos Gerais de Conservação e Reparação		59 670 493\$35
Encargos de Coordenação Energética da Rede Primária		1 966 446\$92
Reintegração de Valores Afectos à Concessão		132 080 559\$24
Reconstituição do Investimento		17 855 148\$36
Subvenções Recebidas:		
Para Investimento	80 000 000\$00	
Para Amortização Financeira	70 000 000\$00	150 000 000\$00
Fundo de Apoio Térmico — s/ Participação na Receita		110 770 738\$10
Resultados da Exploração		941 659 624\$92
		<u>1 533 772 908\$25</u>

Porto, 9 de Março de 1970

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

CRÉDITO

Venda de Energia	1 496 901 866\$80
Consumos Próprios	13 641 516\$45
Fundo de Apoio Térmico — Cobertura de Encargos Variáveis da Produção Térmica	23 229 525\$00

1 533 772 908\$25

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Albino Machado Vaz — Presidente
Fernando Ivo Gonçalves — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência
Manuel Rafael Amaro da Costa — Vogal do Conselho de Gerência
Pedro Manuel de Oliveira Reis — Vogal do Conselho de Gerência
José de Oliveira Campos — Vogal do Conselho de Gerência
Valentim de Almeida e Sousa — Vogal do Conselho de Gerência
Elysio de Oliveira Alves Pimenta
Fernando Moreira Ribeiro
Henrique Veiga de Macedo
Hermes Augusto dos Santos
Paulo de Barros

DÉBITO

Despesas Gerais		43 438 560\$89
Despesas de Estudo		6 130 052\$72
Taxas, Contribuições e Impostos		136 003 354\$80
Encargos Financeiros		300 643 694\$77
Reintegração de Valores não Afectos à Concessão		7 459 015\$48
Encargos a Amortizar		3 082 149\$89
		<hr/>
		496 756 828\$55
Provisões para Encargos Fiscais — Constituição		35 000 000\$00
		<hr/>
		531 756 828\$55

SALDO

De Exercícios Anteriores	3 310 714\$79	
Resultado Líquido do Exercício	487 576 979\$46	490 887 694\$25
	<hr/>	<hr/>
		1 022 644 522\$80

Porto, 9 de Março de 1970

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

PERDAS

69

CRÉDITO

Resultados da Exploração Eléctrica	941 659 624\$92
Resultados Diversos	18 597 884\$49
	<hr/>
	960 257 509\$41
Provisões para Encargos Fiscais — Utilização	59 076 298\$60
	<hr/>
	1 019 333 808\$01
De Exercícios Anteriores	3 310 714\$79
	<hr/>
	1 022 644 522\$80

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- José Albino Machado Vaz* — Presidente
- Fernando Ivo Gonçalves* — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência
- Manuel Rafael Amaro da Costa* — Vogal do Conselho de Gerência
- Pedro Manuel de Oliveira Reis* — Vogal do Conselho de Gerência
- José de Oliveira Campos* — Vogal do Conselho de Gerência
- Valentim de Almeida e Sousa* — Vogal do Conselho de Gerência
- Elysio de Oliveira Alves Pimenta*
- Fernando Moreira Ribeiro*
- Henrique Veiga de Macedo*
- Hermes Augusto dos Santos*
- Paulo de Barros*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Examinando o Relatório, Balanço e Contas ora submetidos à apreciação de V. Ex.^{as}, nomeadamente no referente ao breve período do exercício de 1969 a que se reporta a actividade deste Conselho, cumpre-nos salientar a competência e o zelo com que os dignos Conselhos de Administração e de Gerência orientaram a nossa Companhia, nesta melindrosa fase de estruturação.

A leitura destes documentos coloca-nos, de pronto, no conhecimento de toda a sua actividade, traduzida com elucidativa clareza, quer quanto à forma como a mesma se desenvolveu, quer no respeitante ao modo como foram enfrentados e resolvidos os diversos problemas a ela inerentes.

Gratos às referências que nos foram feitas, aqui deixamos expresso o nosso aplauso a todos quantos tão devotadamente se desempenharam das funções de administração e gerência em que foram investidos.

Também nos associamos às justas referências feitas pelo Conselho de Administração, no seu Relatório, aos Órgãos Governamentais, Direcções Gerais e Entidades Oficiais e Bancárias, que inteiramente perfilhamos.

Finalmente, cumpre-nos afirmar que tivemos ocasião de acompanhar a contabilização da actividade da nossa Companhia, desde que sobre ela incidiu o nosso exame, tendo encontrado tudo em devida ordem.

Assim, temos a honra de propor que aproveis:

- 1.º — O Relatório, Balanço e Contas sujeitos à apreciação desta Assembleia;
- 2.º — A aplicação do saldo da conta de Lucros e Perdas proposta pelo digno Conselho de Administração;
- 3.º — Um voto de muito louvor aos dignos Conselhos de Administração e de Gerência pela forma por que dirigiram e orientaram a actividade da Companhia;
- 4.º — Um voto de louvor a todo o pessoal da Companhia pela acção desenvolvida no desempenho das tarefas que lhe foram confiadas.

Porto, 9 de Março de 1970.

O CONSELHO FISCAL

António Amaral — Presidente Interino

Félix Bernardino de Freitas Veloso

José dos Santos Ferreira da Costa

Adelino da Palma Carlos por Comp.^{as} Reunidas Gás e Electricidade, S.A.R.L.

